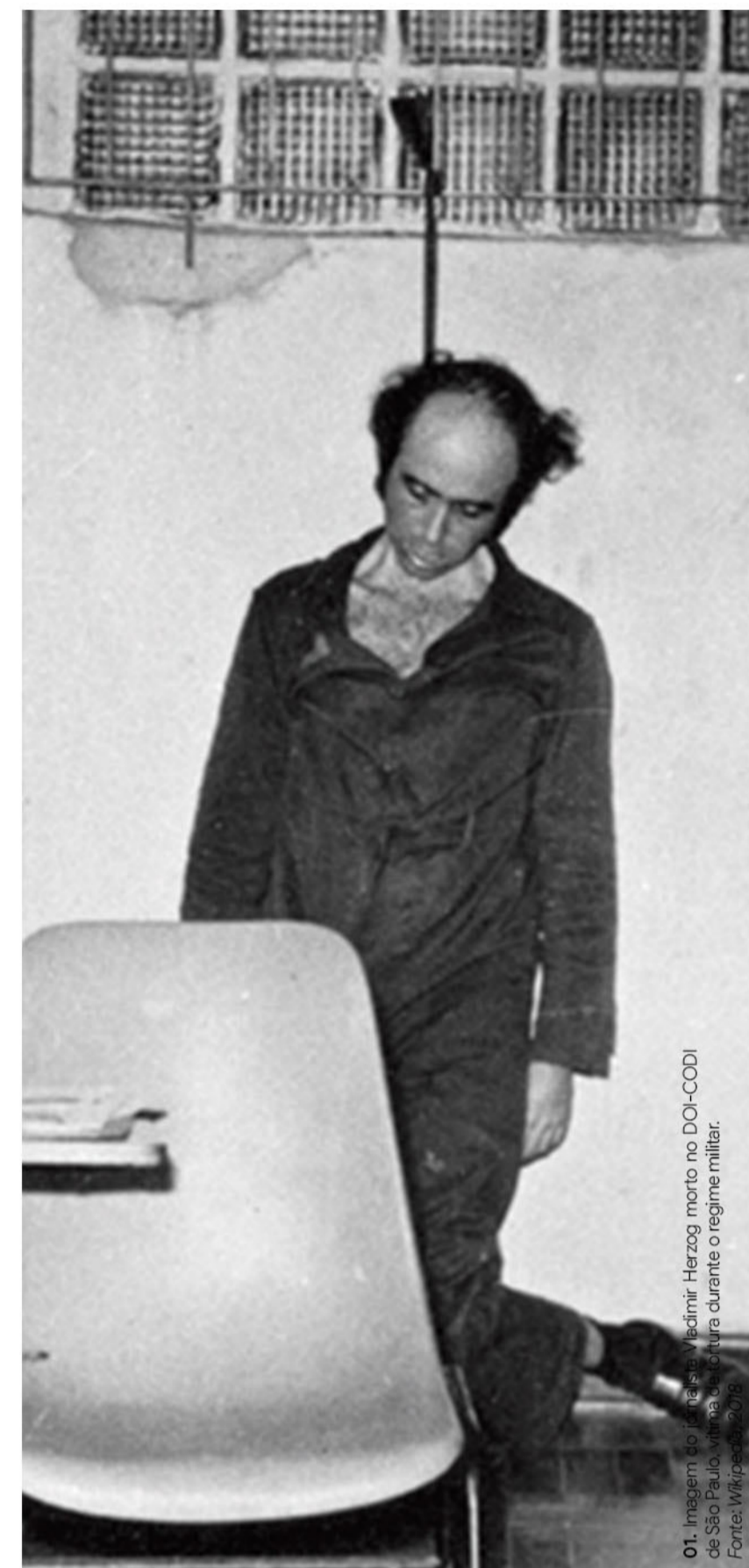




Manifestação no Rio de Janeiro em 1968 contra a ditadura militar. Fonte: Agência Nacional, 2018



01. Inscrito no Livro de Memórias do DDI-CCDI de São Paulo, Herólio morreu durante o regime militar. Fonte: Wikipédia



02. Cartazes com os dizeres "O Brasil não será uma Nova Cuba" durante manifestação contra as reformas da base de João Goulart em 1964. Fonte: Revista Operacional, 2019



03. Reedição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 50 anos após a marcha original que antecedeu o golpe, pede intervenção militar no RJ. Fonte: Agência Brasil, 2014

Memórias de uma ditadura

A ditadura militar não terminou. Passados mais de 50 anos do golpe, o país ainda carrega consigo os conceitos utilizados na época até os dias de hoje. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi um grande avanço nesse sentido, pois trouxe luz a um período obscuro da história brasileira. Além disso, ele prevê a preservação das memórias das graves violações dos direitos humanos e da luta pelo Estado Democrático de Direito.

O Brasil não soube lidar com as mágoas do passado, visto que através da Lei da Anistia não puniu os agentes responsáveis pelos crimes cometidos na ditadura militar, deixando essa lacuna da sua história recente em aberto, o que mantém alguns dos conceitos vivos na atualidade.

Dessa forma, propõe-se um espaço que reúna as memórias nacionais e sirva como estimulador da mudança: O Memorial Nacional pela Justiça, Verdade e Direitos Humanos. A partir do conhecimento sobre o passado, a proposta para o Memorial Nacional em Porto Alegre simboliza um marco da memória política do país e das vítimas que sucumbiram na ditadura militar.

Através do conceito de lembrar para não esquecer, ou lembrar para que não se repita, a função da arquitetura neste projeto será preservar a memória das graves violações de direitos humanos e da luta pela justiça, e promover a reflexão do seu legado na atualidade.

O memorial deverá proporcionar o conhecimento histórico nacional ao visitante e homenagear as vítimas do período militar, a fim de auxiliar a nação a perceber as angústias do passado. Através da combinação entre arquitetura e paisagismo, ele deverá possibilitar conhecer passado e permitir olhar para o futuro.

A inserção urbana

Devido à sua posição geográfica estratégica, com fronteiras para o Uruguai e Argentina, rotas de fuga para perseguidos políticos, o relatório final da CNV cita uma rede de 39 locais de detenção e tortura montada no Rio Grande do Sul. A maior estrutura repressiva do país em número de unidades instaladas.

Porto Alegre teve 18 pontos ligados à repressão no período da ditadura, sendo o maior número destes locais ligados a graves violações dos direitos humanos dentro do Estado e, inclusive, maior do que nos demais estados da Região Sul e até mesmo do país. Portanto, o memorial será implantado no município.

Para a definição do terreno com maior potencial para a inserção do projeto na cidade, foram definidos 4 critérios para a escolha: caminhos da ditadura em Porto Alegre, inserção na rota cultural, terrenos ociosos de caráter público próximo a parques e praças, de fácil acesso e próximo a elementos polarizadores, geradores de fluxo de pessoas.

Conhecer a história é condição imprescindível para conhecê-la melhor [...].

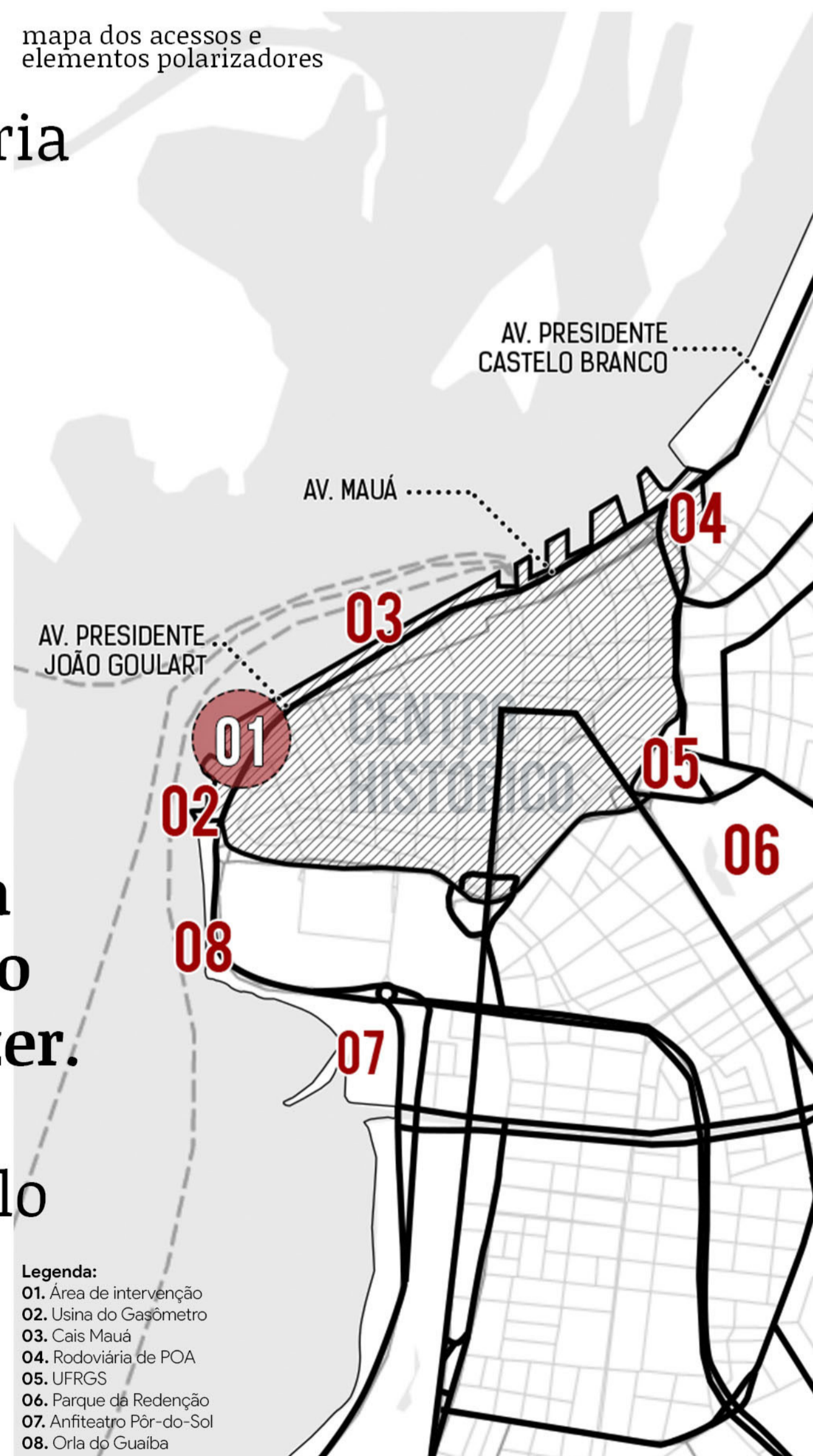
A verdade não significa revanchismo.

A verdade liberta todos nós daquilo que ficou por dizer.

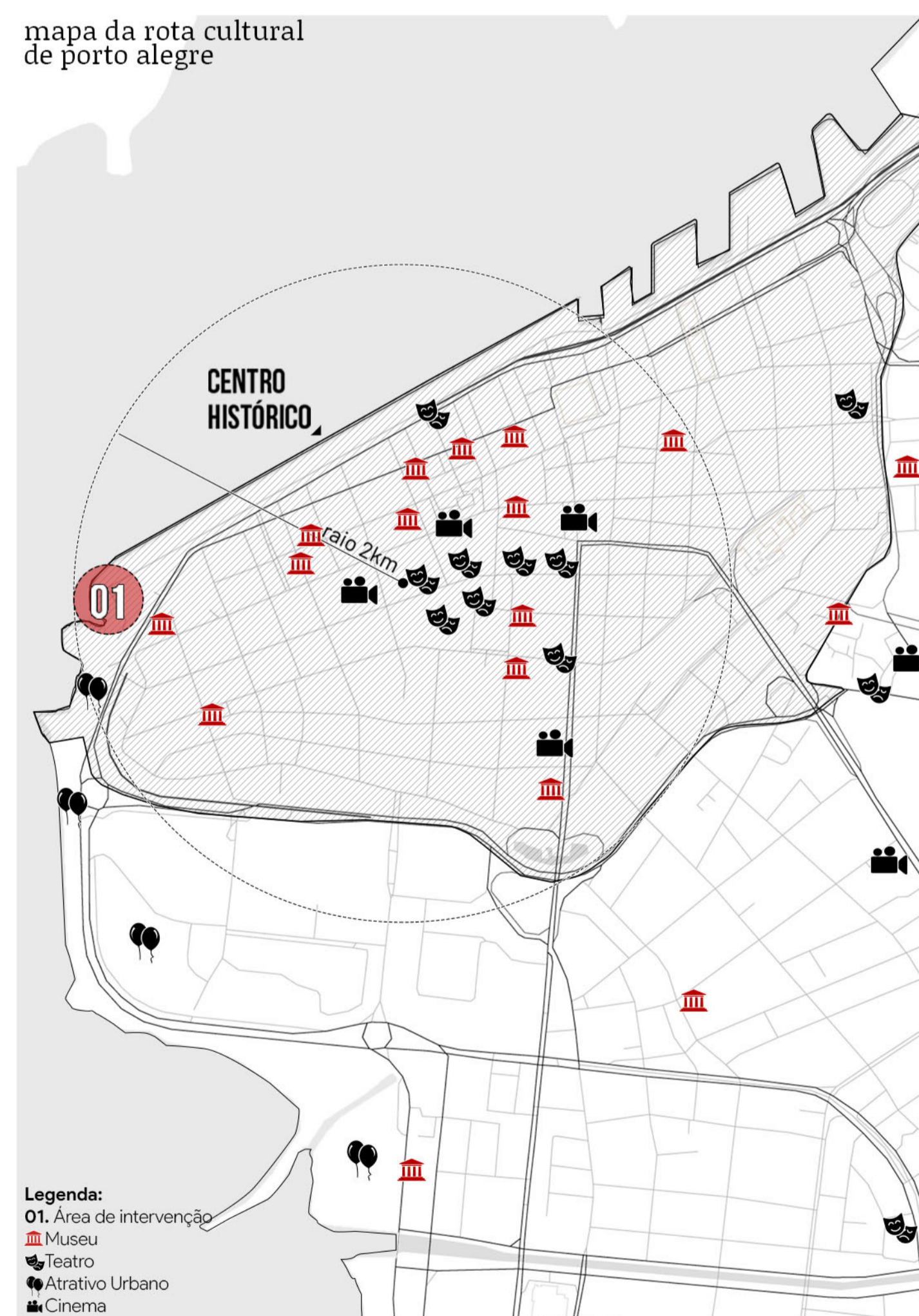
Liberta tudo aquilo que permaneceu oculto.

Dilma Rousseff (2014), em discurso às Forças Armadas no aniversário de 50 anos do golpe.

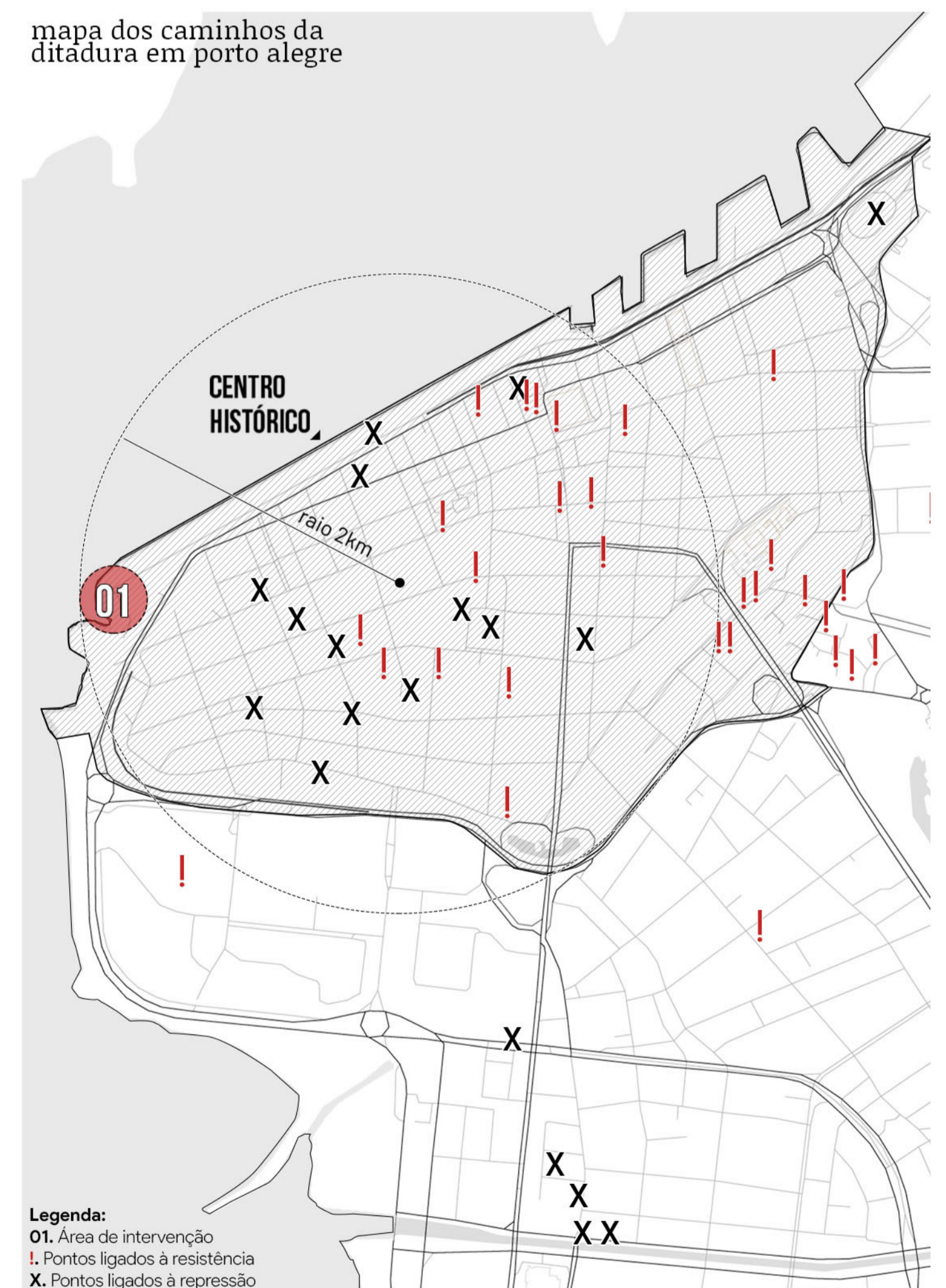
mapa dos acessos e elementos polarizadores



mapa da rota cultural de porto alegre



mapa dos caminhos da ditadura em porto alegre



PRÊMIO IAB RS 2019
JOSE ALBANO VOLKMER

